



CLIPPING



23 e 24 de
JULHO
2022

**RD REPÓRTER
DIÁRIO**

SOLIDARIEDADE

A campanha “Fome Zero aos Catadores – Solidariedade em Rede”, iniciada em junho de 2022, através da Carta de Intenções “Sustentabilidade em Rede”, assinada por órgãos como o Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (TCMPA), TRT-8, TJPA, Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério Público e Uepa, reuniu na quinta-feira (21) com cooperativas e associações que atuam na coleta seletiva de materiais recicláveis. Na ocasião, os representantes das entidades receberam, pela segunda vez, cestas básicas de alimentos não perecíveis.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



JUSTIÇA EM FATOS LUIZ FLÁVIO

@luizaoreporter

www.facebook.com/luiz.f.costa.37

lfmcosta@gmail.com

MARINHA HOMENAGEIA PRESIDENTE DO TJPA ORDEM DO MÉRITO NAVAL

A presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, foi agraciada com a Medalha da Ordem do Mérito Naval dia 6 passado. A cerimônia ocorreu no Salão Nobre do Comando do 4º Distrito Naval, localizado no bairro da Cidade Velha, em Belém. Estiveram presentes o general Otávio de Miranda Filho, Comandante da 8ª Região Militar do Exército, e o comandante do 4º Distrito Naval, vice-almirante Edgar Luiz Siqueira. A medalha é uma homenagem em reconhecimento aos bons serviços prestados à Marinha do Brasil.



GT de auditoria de urnas eletrônicas visita Marabá

A Auditoria das Urnas Eletrônicas que testa a integridade das urnas e a confiabilidade das informações dos votos e que ocorre no mesmo dia e horário da eleição será feita em dois polos pela primeira vez: na capital e em Marabá, onde uma comitiva do Grupo de Trabalho (GT) responsável pela auditoria esteve essa semana. A comitiva foi formada pelo juiz eleitoral

em membro substituto TRE do Pará, Marcus Alan Gomes, que preside o GT, pelo coordenador da auditoria das urnas em Marabá, Evandro Ramos, e pelo oficial de gabinete da Polícia Judicial do Tribunal, Alexandre Santos. No total 27 urnas serão auditadas simultaneamente, 20 em Belém (Mangueirão) e 7 em Marabá (Carajás Centro de Convenções).



Presidente e vice do TCMPA homenageados com medalha Serzedello Correa



A presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (TCMPA), conselheira Mara Lúcia, e o vice-presidente da corte de Contas, conselheiro Antônio José Guimarães, foram homenageados com a outorga da Medalha Serzedello Correa, entregue pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA). A sessão solene ocorreu

na última terça-feira (12) e reuniu autoridades estaduais, que também receberam a medalha. A condecoração é conferida pelo TCE-PA a pessoas por serviços relevantes em favor do Tribunal de Contas e do Estado do Pará. Também esteve presente no evento a conselheira substituta do TCMPA, Márcia Costa.

MPPA direciona promotores para atuar nas eleições deste ano

Os Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), de Apoio Operacional Cível, Processual e do Cidadão (CAOCPC) e o Núcleo Eleitoral, realizaram em Marabá dia 14 passado o evento "Diálogos sobre as eleições 2022", no auditório

das Promotorias de Justiça de Marabá. O evento discutiu temas eleitorais específicos, debatem a pré-campanha e a campanha eleitoral sob a perspectiva do discurso de ódio e das fake news, além de fornecer subsídios teóricos e práticos para os promotores eleitorais.



Polícia judiciária do TRE do PA capacitada na área de inteligência

Agentes da Polícia Judicial do TRE do Pará participaram dia 8, no Plenário Antônio Koury, da cerimônia de entrega de certificados do primeiro estágio do "Curso Básico em Atividade de Inteligência". Os certificados foram entregues pelo diretor-geral do TRE do Pará, Felipe Brito, e representantes da Polícia Militar, Coronel Albenando

Monteiro e Coronel Nelson Nozot. A solenidade teve a participação da Banda de Música da Polícia Militar do Pará. A formação concretiza o Acordo de Cooperação Técnica nº 14, firmado entre o TRE, Seg. e PM para parcerias no treinamento e atualização dos agentes públicos em segurança institucional.

Instituições entregam material arrecadado para catadores de recicláveis

A desembargadora Maria Valquíria Nozot Coelho, vice-presidente do TRT-B, acompanhada de servidores da Seção Socioambiental do TRT-B, fez a entrega simbólica das cestas básicas resultantes da campanha "Fome zero aos catadores" aos catadores e catadoras de materiais recicláveis,

na última quinta-feira, no escritório do Tribunal de Contas dos Municípios, com a presença da presidente do TCM, conselheira Mara Lúcia. A arrecadação começou na DVOs, Da Internação da Reciclagem e foi realizada em parceria com o TJPA, TCM, MPPA e UEPA.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**MAURO BONNA**Baixe gratuitamente,
o aplicativo do Mauro Bonna

@maurobonna /programaargumento negocios@maurobonna.com.br • PODCAST: "O resumo semanal com Mauro Bonna" Disponível na Apple e Spotify

Novo júri no caso João de Deus Rodrigues

O STJ, por meio de uma de suas turmas criminais, composta de cinco ministros, entendeu por unanimidade que o Tribunal de Justiça do Pará estava certo na decisão que anulou a absolvição do

acusado de assassinar o jovem João de Deus Rodrigues perante o Júri popular. O STJ ratificou a posição do TJE-PA no sentido de que há provas no processo de que o acusado foi o autor do crime de homicídio qualificado e de maneira intencional. O STJ também manteve a condenação pelo crime de tráfico de drogas. Assim, o acusado será submetido a novo julgamento, pelo Júri popular.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Desembargo



Em maio, havia mais desembargadores aposentados (32) no Tribunal de Justiça do Estado do que no serviço ativo, 28. O quadro total do Judiciário era de 5.718, dos quais 736 inativos. Entre desembargadores e juízes, a soma era de 282.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

SALINÓPOLIS

Polícia apreende drogas, som e fecha estabelecimento

Ação integrada das Polícias Civil e Militar, por meio da "Operações Verão 2022 e Verão com Justiça", apreenderam entorpecentes e aparelho sonoro, durante cumprimento de mandado de busca e apreensão, em um estabelecimento na praia do Atalaia, em Salinópolis.

domingo, 24/07/2022, 22:13 - Atualizado em 24/07/2022, 22:13 - Autor: Com informações da Segup



A Polícia apreendeu entorpecentes, aparelho sonoro, durante cumprimento de mandado de busca e apreensão | (Reprodução)

Com o objetivo de para garantir aos veranistas diversão, lazer e entretenimento com tranquilidade e segurança , durante o mês de julho, as atividades e estratégias de policiamento integrado coordenadas pela Segup continuam ocorrer ao longo dos cinco finais de semana do mês de julho.

Neste domingo (24), ação integrada das Polícias Civil e Militar, por meio da "Operações Verão 2022 e Verão com Justiça", apreenderam entorpecentes

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

e aparelho sonoro, durante cumprimento de mandado de busca e apreensão, em um estabelecimento na praia do Atalaia, em Salinópolis.

A polícia chegou até os envolvidos após denúncia de que um homem estaria em estado de convulsão após a saída do estabelecimento comercial, o localizaram e encaminharam para atendimento médico pelo Corpo de Bombeiros.

Piratas encontram a Polícia e acabam presos no Marajó

Em seguida, as equipes realizaram fiscalizações em torno do local, identificando outros indícios da circulação de entorpecentes, além da poluição sonora, identificada pela equipe da Divisão Especializada em Meio Ambiente e Proteção Animal (Demapa).

Em ato contínuo, a justiça criminal local que está atuando dentro das ações da "Operação Verão com Justiça", expediu de imediato o mandado de busca e apreensão, solicitado pela equipe da Polícia Civil, o qual foi cumprido ainda na tarde deste domingo, com a apreensão de uma quantidade de entorpecentes semelhantes a cocaína e maconha, além de drogas sintéticas e a fonte de poluição sonora utilizada no estabelecimento. Diante dos fatos e irregularidades, a Divisão de Polícia Administrativa da Polícia Civil também suspendeu o funcionamento do local pelos próximos cinco dias.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



"Operações Verão 2022 e Verão com Justiça" | (Divulgação)

Segundo a Delegada Adriana Magno, o estabelecimento já estava sendo monitorado e havia recebido advertências em relação à poluição sonora.

"Diante de outros indícios de crime ambiental e tráfico de entorpecentes no local, representamos por decisão judicial e após ser deferido fizemos aferição novamente onde foi confirmado crime de poluição sonora, além da circulação de drogas. Então fizemos as apreensões devidas, e na ausência do proprietário do estabelecimento, notificamos o representante que será ouvido no inquérito policial por tráfico de drogas e poluição sonora, além de susperdermos as atividades até reavaliação da DPA", enfatizou a Delegada.

Todo o material apreendido foi conduzido à Delegacia de Salinópolis, de onde também serão encaminhados a perícia da Polícia Científica.

Para o coordenador do Centro Integrado de Comando e Controle, tenente-Coronel Castro Alves, a ação célere demonstra a integração das forças de

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

segurança diante de qualquer demanda nos balneários do estado. "Estamos realizando diligências contínuas e diante de qualquer atitude suspeita ou ação irregular estaremos apurando para que assim todos se divirtam com segurança e qualquer anormalidade seja devidamente investigada", afirmou.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

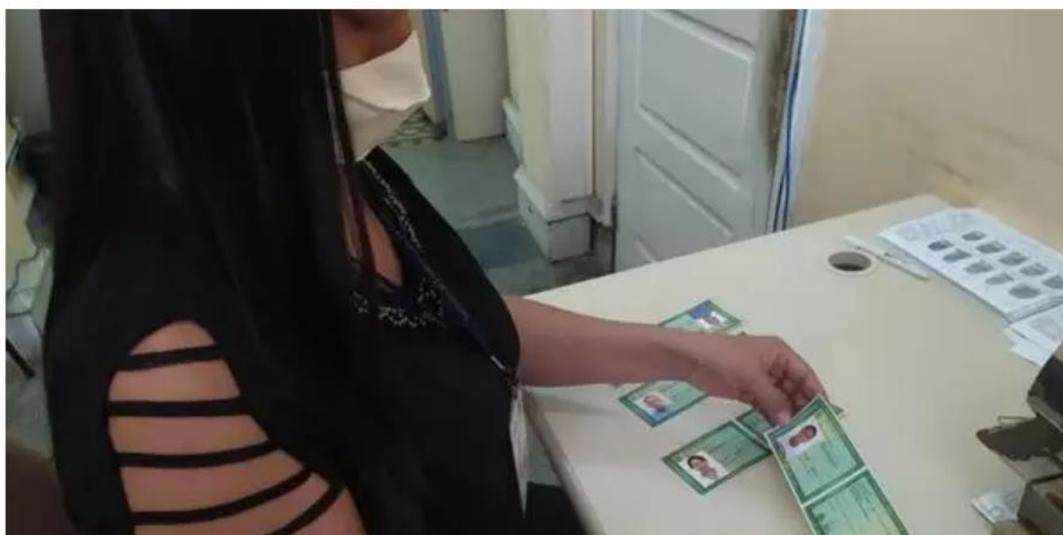
(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Cartilha traz informações para mudança de nome e gênero; saiba como fazer em cartórios do Pará

A cartilha da Arpen-Brasil traz o passo a passo para os interessados em realizar a alteração. População LGBTQIA+ celebra o procedimento.



Ândria Almeida
23.07.22 7h30



A mudança de nome e gênero nos cartórios agiliza e facilita a emissão de novos documentos (Ascom Sejudh / Arquivo)

A **Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Físicas (Arpen-Brasil)** lançou a **Cartilha Nacional** para auxiliar a população LGBTQIA+ a fazer **alteração de nome nos cartórios de Registro Civil**, onde apresenta o **passo a passo para o procedimento**, além de detalhar a documentação exigida pela norma do Conselho Nacional de Justiça. A **troca de nome e gênero sem necessidade de cirurgia de mudança de sexo e de autorização judicial** é um **direito regulamentado desde o ano de 2018 no Brasil**. E agora ganhou um reforço com a cartilha informativa.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Baixe a [Cartilha](#) completa para mais informações.

“Esse é mais um serviço importante para a sociedade, bastante célere e com toda segurança jurídica que os Cartórios oferecem, uma vez que, aos Oficiais de Registro Civil compete toda a análise do processo, e, não havendo suspeita de fraude, falsidade, vício de vontade ou simulação, efetuarão a alteração com base na autonomia da pessoa requerente. A ideia da cartilha é disseminar essas informações de forma detalhada a fim de que as pessoas tenham todo conhecimento necessário, evitando-se, assim, a judicialização dessas questões, o que demandaria muito mais tempo e dinheiro”, disse a presidente da Associação dos Notários e Registradores do Pará (ANOREG/PA), Moema Locatelli Belluzzo.

Entre as informações trazidas pela cartilha está que a **alteração de nome/gênero possui um custo**, que é determinado em lei, o valor **varia de acordo com a unidade da federação**. No entanto, as **pessoas hipossuficientes, que não tem condições de arcar com o valor cobrado, podem obter a gratuidade da alteração pela Defensoria Pública, pela via judicial**, onde é necessário o preenchimento de declaração, sob penas da lei, ao qual a pessoa afirma a impossibilidade de pagar o valor.

De acordo com os Notários e Registradores do Estado do Pará (ANOREG/PA), “eventuais apontamentos nas certidões não impedem a realização do ato, cabendo ao Cartório de Registro Civil comunicar o órgão competente sobre a mudança de nome e sexo, assim como aos demais órgãos de identificação sobre a alteração realizada no registro de nascimento. A emissão dos demais documentos deve ser solicitada pelo (a) interessado (a) diretamente ao órgão competente por sua emissão. Não há necessidade de apresentação de laudos médicos e nem é preciso passar por avaliação de médico ou psicólogo”.

O produtor cultural Paulo Nóvoa, um homem trans, morador da cidade Santarém, já está organizando todos os documentos necessários para ter de fato e de direito ao nome que escolheu.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Segundo ele, a possibilidade de mudança de nome no registro civil é uma conquista para todos na mesma situação. “Eu vejo como uma excelente oportunidade ao direito básico de existir, de ir até os lugares sem passar constrangimentos, infelizmente eu ainda passo por não ter retificado meu documento”, contou.

Por ainda não ter mudado no cartório o nome que escolheu para usar, ele faz questão de contar sobre os constrangimentos que passa, como por exemplo, o de apresentar documentação para tomar vacina ou ter que mostrar o mesmo em alguns lugares.

“Outra situação é a questão do mercado de trabalho, que por mais que você seja qualificado as pessoas não te dão oportunidade por você ser trans. Eu sou professor por formação, mas nunca atuei em sala de aula por estar na época uma mulher masculina e agora por ser um homem trans que ainda não está retificado”, enfatizou.



O produtor cultural Paulo fala sobre constrangimentos sofrido por ser homem trans sem a alteração de nome no documento (Arquivo pessoal cedido)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Dados de alteração de nome de gênero no Brasil nos últimos 4 anos

Segundo um levantamento do Portal da Transparência do Registro Civil, apresentado na cartilha informativa da Arpen-Brasil, no ano de **2018, 1.129 pessoas fizeram alteração de nome e gênero no Brasil**. Já em **2019, o número foi 1849 pessoas**. Em **2020 o número baixou para 1.283**. No ano de **2021 o número de pessoas que fizeram a alteração somou 1.863**.

Processo e documentos

Para realizar o processo de alteração de gênero em nome nos Cartórios de Registro Civil é necessário **ter 18 anos ou mais e não se identificar com o gênero no qual consta na certidão de nascimento**; estar munido de todos dos documentos pessoais, como **comprovante de endereço, certidões dos distribuidores cíveis; criminais estaduais e federais do local de residência dos últimos cinco anos; bem como certidões de execução criminal estadual e federal, dos Tabelionatos de Protesto e da Justiça do Trabalho**. Os **menores de idade** poderão fazer a alteração **por meio da decisão da justiça**.

Após a apresentação da documentação exigida, o interessado na alteração deve passar por uma entrevista com o oficial de registro.

A tese defendida pela Superior Tribunal Federal, sob o regime de repercussão geral, diz que "o transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, não se exigindo, para tanto, nada além da manifestação de vontade do indivíduo, o qual poderá exercer tal faculdade tanto pela via judicial como diretamente pela via administrativa".

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Polícia apreende drogas, aparelho de som e fecha estabelecimento em Salinas

POR ADRIELLE BRITO | 24 DE JUL DE 2022, 20:44

Ação integrada das Polícias Civil e Militar, apreenderam entorpecentes e aparelho sonoro, durante cumprimento de mandado de busca e apreensão, neste domingo, 24, em um estabelecimento na praia do Atalaia, em Salinópolis.

As apreensões foram realizadas durante diligências no âmbito das “Operações Verão 2022 e Verão com Justiça”, que integram órgãos de segurança e tribunal de justiça, os quais após denúncia de que um homem estaria em estado de convulsão após a saída do estabelecimento comercial, o localizaram e encaminharam para atendimento médico pelo Corpo de Bombeiros. Em seguida, as equipes realizaram fiscalizações em torno do local, identificando outros indícios da circulação de entorpecentes, além da poluição sonora, identificada pela equipe da Divisão Especializada em Meio Ambiente e Proteção Animal (Demapa).

Em ato contínuo, a justiça criminal local que está atuando dentro das ações da “Operação Verão com Justiça”, expediu de imediato o mandado de busca e apreensão, solicitado pela equipe da Polícia Civil, o qual foi cumprido ainda na

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

tarde deste domingo, com a apreensão de uma quantidade de entorpecentes semelhantes a cocaína e maconha, além de drogas sintéticas e a fonte de poluição sonora utilizada no estabelecimento. Diante dos fatos e irregularidades, a Divisão de Polícia Administrativa da Polícia Civil também suspendeu o funcionamento do local pelos próximos cinco dias.

Segundo a Delegada Adriana Magno, o estabelecimento já estava sendo monitorado e havia recebido advertências em relação à poluição sonora.

“Diante de outros indícios de crime ambiental e tráfico de entorpecentes no local, representamos por decisão judicial e após ser deferido fizemos aferição novamente onde foi confirmado crime de poluição sonora, além da circulação de drogas. Então fizemos as apreensões devidas, e na ausência do proprietário do estabelecimento, notificamos o representante que será ouvido no inquérito policial por tráfico de drogas e poluição sonora, além de suspendermos as atividades até reavaliação da DPA”, enfatizou a Delegada.

Todo o material apreendido foi conduzido à Delegacia de Salinópolis, de onde também serão encaminhados a perícia da Polícia Científica.

Para o coordenador do Centro Integrado de Comando e Controle, tenente-Coronel Castro Alves, a ação célere demonstra a integração das forças de segurança diante de qualquer demanda nos balneários do estado. “Estamos realizando diligências contínuas e diante de qualquer atitude suspeita ou ação irregular estaremos apurando para que assim todos se divirtam com segurança e qualquer anormalidade seja devidamente investigada”, afirmou.

Fonte : Segup

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br